

PROPRIEDADES E ATRIBUTOS DIVINOS NO *BREVE TRATADO DE ESPINOSA*

LUIS MARCELO RUSMANDO *

Na primeira parte do *Breve tratado*, são várias as passagens e as observações pelas quais Espinosa diferencia os atributos de Deus de suas propriedades (ou próprios, como estas são chamadas nessa obra¹), e vice-versa. A primeira observação é taxativa: tudo aquilo que a tradição filosófica² atribui a Deus, a saber, infinitude, unicidade, perfeição, imutabilidade, onipotência e semelhantes não são atributos de Deus. Com efeito, no primeiro capítulo, Espinosa observa que os homens possuem a ideia de Deus, pelo fato de estarem ao alcance do entendimento humano tais próprios³. Nessa passagem, Espinosa chega a chamar os próprios de atributos: “[...] que o homem tenha a ideia de Deus, isso está

claro, posto que ele entende Seus atributos [...]” (KV I, 1 [9]). Contudo, esclarecendo esse fragmento, em nota de rodapé, em seguida o filósofo observa: “Seus atributos: ou melhor, ‘posto que ele entende o que é próprio de Deus’, dado que essas coisas [infinitude, imutabilidade, onipotência] não são atributos de Deus [...]” (KV I, 1 [9] nota 1).

Já no início do *Breve tratado*, assim, é possível observar que Espinosa faz questão de estabelecer diferença entre dois tipos de atribuições divinas: aquilo que é próprio de Deus (que coincide com as propriedades divinas designadas pela tradição filosófica), e os atributos (aos quais, em seguida, no segundo capítulo do *Breve tratado*, Espinosa se refere ao definir Deus e explicar o que ele é). No final do segundo capítulo, por sua vez, o filósofo distingue os atributos dos próprios, nos seguintes termos:

Tendo falado até aqui sobre o que Deus é, acrescentaremos em uma só palavra, quanto a seus atributos, que aqueles por nós conhecidos não são senão dois, nomeadamente, *pensamento* e *extensão*; porque aqui somente falamos dos atributos que se poderiam denominar *atributos escritos de Deus*, pelos quais chegamos a conhecê-lo em Si mesmo e não como agindo fora de Si mesmo.

Assim, tudo aquilo que os homens atribuem a Deus, fora esses dois atributos, deverá ser (se Lhe pertence em outro sentido) ou uma denominação extrínseca, como, por exemplo, que Ele *existe por si mesmo, que é eterno, único, imutável*, etc., ou, digo eu, [deve ser uma denominação] relativa a suas ações, como a de que Ele é uma *causa, um predestinador e governante* de todas as coisas. Todas estas são próprias de Deus, embora elas não nos deem a conhecer o que Ele é. (KV I, 2 [28-29]).

* Doutorando pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA.

¹ Nas referências ao *Breve tratado*, e nas citações deste, por *próprios* ou *atributos próprios* deve entender-se *propriedades divinas*, dado que, nessa obra, Espinosa utiliza aqueles nomes com o mesmo significado que, na *Ética*, se refere a estas.

² Espinosa explica e critica o sentido dado pela tradição filosófica aos atributos divinos em KV I, 7. Também, sobre a análise espinosana das propriedades divinas, advindas da tradição judaico-cristã, ver: DELEUZE, Gilles. *Spinoza y el problema de la expresión*. Primeira parte; terceiro capítulo: Atributos e Nomes Divinos, e sobre os atributos segundo os filósofos medievais, ver: WOLFSON, Harry A. *The Philosophy of Spinoza* I. Cambridge, 1934: 226-232.

³ Segundo essa passagem, o homem tem a ideia de Deus porque entende seus próprios. Que entenda os próprios de Deus, por sua vez, “[...] se depreende com evidência de que ele sabe, por exemplo, que o infinito não pode estar composto de partes diversas limitadas; que não podem existir dois infinitos, mas *somente um*; e esse infinito é perfeito e imutável, pois é bem sabido que nenhuma coisa busca, por si mesma, sua própria aniquilação; e que tampouco pode se transformar em algo melhor, dado que é perfeito, senão não o seria; ou tampouco que possa estar submetido a algo que proceda do exterior, já que é onipotente, etc.” (KV I, 1 [9]). Assim, por saber isso, o homem entende que Deus é infinito, único, perfeito, imutável, onipotente etc.

No primeiro parágrafo, Espinosa afirma que os atributos poderiam denominar-se atributos estritos. Sempre tendo em vista o sentido que a tradição filosófica outorga aos atributos divinos, e considerando a falta de coesão terminológica do *Breve tratado*, o fato de Espinosa denominar os atributos de Deus de atributos estritos mais uma vez evidencia a preocupação do filósofo em diferenciar atributos e próprios. Ora, através dos parágrafos acima, longe de almejar estabelecer uma distinção terminológica entre ambas as atribuições, Espinosa pretende distinguir atributos e próprios em função do tipo de conhecimento que eles proporcionam de Deus. Com efeito, Espinosa observa que tanto os atributos quanto os próprios pertencem a Deus, mas em sentidos diferentes, e, assim, enquanto os atributos permitem conhecer o que Deus é em si mesmo, os próprios permitem conhecer o que Deus é e como é fora de si mesmo, a saber, sua existência extrínseca e sua forma de agir.

No terceiro capítulo, ao iniciar a investigação dos próprios, em nota de rodapé Espinosa explica em que sentido estes pertencem a Deus:

Estes que se seguem chamam-se *próprios*, porque não são senão *adjetivos* que não podem ser entendidos sem seus *substantivos*. Isto é, Deus não seria Deus sem eles; mas não é Deus por eles; pois eles não dão a conhecer algo substancial, pelo qual, somente, Deus existe. (KV I, 3 [1] nota 1).

É preciso observar que, nessa nota, como em várias passagens do *Breve tratado*, Espinosa formula sentenças ontológicas e epistemológicas com sentido equivalente. Na nota acima, de início Espinosa se refere à relação entre Deus e seus próprios, como sendo análoga à de substantivos e adjetivos, em termos epistemológicos: os adjetivos não podem ser entendidos sem seus substantivos. Em seguida, referindo-se de forma textual a Deus e seus próprios, o filósofo explica a mesma relação (através da locução *isto é*), em termos ontológicos: Deus não seria Deus sem seus próprios, mas não é Deus por eles. Por último, Espinosa apresenta duas asserções, uma epistemológica (os próprios não dão a conhecer algo substancial) e outra ontológica (Deus existe, somente, por algo substancial).

Para compreender a nota, assim, é preciso considerar a correspondência entre os âmbitos ontológico e epistemológico na filosofia de Espinosa. A ontologia espinosana estabelece que as coisas existem em si mesmas ou em outras coisas⁴, ou, em outras palavras, que são causa de si mesmas ou exigem outras causas para existir⁵; por sua vez, a epistemologia espinosana estabelece que o verdadeiro conhecimento das coisas depende do verdadeiro conhecimento de suas causas, uma vez que é a partir deste que se obtém aquele⁶. Em Espinosa, portanto, a ontologia e a epistemologia se correspondem da seguinte maneira⁷: uma coisa que existe em si mesma deve ser conhecida a partir de si mesma, uma vez que ela é sua própria causa⁸; e uma coisa que existe em outra deve ser conhecida a partir de sua causa próxima⁹.

Desta maneira, é possível compreender as asserções da nota citada acima, e, também, verificar em que sentido a afirmação de que *os adjetivos não podem ser entendidos sem seus substantivos* é explicada pela afirmação de que *Deus não seria Deus sem seus próprios, mas não é Deus por eles*.

Da primeira asserção (*os adjetivos não podem ser entendidos sem seus substantivos*),

⁴ Tal distinção é estabelecida pelo primeiro axioma da *Ética* I: “Tudo o que existe, existe em si mesmo ou em outra coisa.” (E I, ax. 1).

⁵ Ver nota 9.

⁶ “O conhecimento do efeito depende do conhecimento da causa e envolve este último.” (EI, ax. 4).

⁷ Esta correspondência é observada na *Ética*, a partir das definições das coisas comportadas pela filosofia espinosana, a saber, substâncias e modos, assim formuladas, respectivamente: “por substância compreendo aquilo que existe em si mesmo e que por si mesmo é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não exige o conceito de outra coisa do qual deva ser formado” (E I, def. 3); “Por modo compreendo as afecções de uma substância, ou seja, aquilo que existe em outra coisa, por meio da qual é também concebido.” (E I, def. 5).

⁸ Tal distinção é estabelecida pelo segundo axioma da *Ética* I: “Aquilo que não pode ser concebido por meio de outra coisa deve ser concebido por si mesmo.” (E I, ax. 2).

⁹ “[...] se a coisa é em si, ou, como vulgarmente se diz, causa de si mesma, deverá ser inteligida só por sua essência; se, porém, a coisa não é em si, mas exige uma causa para existir, deve ser inteligida por sua causa próxima” (TIE §92).

depreende-se que os adjetivos existem em seus substantivos, ou seja, que aqueles são efeitos destes. Efetivamente, se os adjetivos não podem ser entendidos sem seus substantivos, é porque eles, de forma inversa, devem ser entendidos a partir de seus substantivos, do que se segue, em termos ontológicos, que os adjetivos são efeitos de seus substantivos.

Desta maneira, é possível constatar em que sentido a segunda asserção (*Deus não seria Deus sem seus próprios, mas não é Deus por eles*) explica a primeira: se os próprios são efeitos de Deus (assim como adjetivos são efeitos de seus substantivos), Deus não é Deus por seus próprios, dado que, se assim fosse, em lugar dos próprios serem efeitos de Deus, eles seriam a causa deste. Ora, além de afirmar que Deus não é por seus próprios, Espinosa também afirma que, sem estes, Deus não seria Deus. Compreender essa afirmação, assim, exige ponderá-la à luz de outro aspecto da filosofia espinosana, a saber, a relação de necessidade entre a causa e o efeito. Para Espinosa, se se considera e compreende a ordem causal da totalidade das coisas existentes¹⁰, é possível observar que nenhuma delas é contingente, mas que todas existem

¹⁰ Espinosa observa que as coisas existentes em outras, consideradas isoladamente, isto é, sem relação com suas causas, nada têm em si mesmas do que se possa concluir sua existência necessária, isto é, que não sejam contingentes. Desta forma, Espinosa define as coisas contingentes, como se segue: “Chamo de contingentes as coisas singulares, à medida que, quando tomamos em consideração apenas sua essência, nada encontramos que necessariamente ponha ou exclua sua existência” (EIV, def. 3). Por sua vez, o filósofo observa que, ainda que se considerem as coisas em relação com suas causas, se se desconhece a determinação pela que aquelas são por estas produzidas, tanto umas quanto outras, longe de ser concebidas como necessárias, o são como possíveis. Desta forma, Espinosa define as coisas possíveis, como se segue: “Chamo de possíveis as mesmas coisas singulares, à medida que, quando consideramos as causas pelas quais devem ser produzidas, não sabemos se essas causas estão determinadas a produzi-las” (EIV, def. 4). Portanto, a necessidade pela qual as coisas existem é compreendida quando se considera e compreende a ordem causal de toda a natureza, uma vez que, ao tempo em que se compreende que as coisas existem por serem determinadas por outras, se compreende também, que todas elas se seguem necessariamente de uma causa primeira, isto é, de Deus.

necessariamente, da forma em que existem, e na ordem em que são produzidas. Há, portanto, uma relação de necessidade entre a causa e seu efeito, uma vez que a causa, ainda que não deva sua existência a seu efeito, não seria o que é, se seu efeito não se seguisse dela. Desta maneira, voltando à interpretação da nota, sendo os próprios efeitos de Deus, ainda que Deus não deva sua existência a eles, se eles não se seguissem de Deus, este não seria o que é¹¹.

As duas asserções finais da nota, ao tempo em que legitimam as afirmações acima, trazem um aspecto importante quanto à ontologia de Deus. Conforme analisado, da nota se segue que os próprios existem em outra coisa (Deus) e são concebidos por outra coisa (Deus), pelo que nunca podem dar a conhecer algo que exista em si mesmo e seja concebido por si mesmo, ou, conforme afirma a primeira das asserções finais da nota, *os próprios não dão a conhecer algo substancial*. Por sua vez, e em decorrência disso, a nota explica que Deus, ainda que não seria Deus sem seus próprios, não é Deus por eles. Com efeito, sendo os próprios efeitos de Deus, ao tempo em que eles não são algo substancial, não podem ser aquilo ao qual Deus deva sua existência. Longe disso, conforme afirma a segunda das asserções finais da nota, *Deus somente existe por algo substancial*.

Em suma, a partir da nota citada acima, compreende-se em que sentido os próprios

¹¹ No *Breve tratado*, após concluir que Deus é causa de tudo, e explicar de que maneira Deus é causa (KV I, 3), além de demonstrar a necessidade das obras de Deus (isto é, por que Deus não poderia deixar de fazer o que faz), tratando da predestinação de Deus (KV I, 5) [ver notas 11, 12 e 13 deste artigo], Espinosa demonstra tal necessidade: “[...] isso se demonstra também pela perfeição de Deus, porque está fora de qualquer dúvida que Deus pode produzir tudo tão perfeitamente como está contido em sua ideia; e da mesma maneira que as coisas entendidas por Ele não podem ser entendidas por Ele mais perfeita do que Ele as entende, assim também todas as coisas podem ser produzidas por Ele tão perfeitamente, que Dele não podem provir mais perfeitas. Ademais, quando concluímos que Deus não podia deixar de fazer aquilo que fez, nós o deduzimos de sua perfeição, porque em Deus seria uma imperfeição poder se abster daquilo que faz; o que não implica que ponhamos em Deus uma causa menos principal-iniciante que o teria movido à ação, já que, então, Ele não seria Deus.” (KV I, 4 [2]).

pertencem a Deus: eles existem em Deus, como seus efeitos, e, portanto, como seus efeitos necessários, de tal sorte que, ao tempo em que Deus não é Deus por seus próprios, não seria Deus sem eles. Desta maneira, os próprios não podem ser conhecidos sem Deus, ou, inversamente, devem ser conhecidos a partir de Deus, e este não pode ser conhecido a partir de seus próprios¹².

Aos próprios, portanto, apenas pode caber a existencial modal. No *Breve tratado*, apontando esse aspecto, mais uma vez Espinosa distingue atributos e próprios:

Quanto aos atributos em que Deus consiste, eles não são senão substâncias infinitas, cada uma das quais deve ser infinitamente perfeita. De que isso deve ser necessariamente assim, nos convence a razão clara e distinta. Porém também é verdade que, de todos esses infinitos, até agora somente dois nos são conhecidos por sua essência, e estes são o *pensamento* e a *extensão*. Ademais, tudo o que se atribui comumente a Deus, não são atributos, mas somente certos modos que podem ser-lhe atribuídos ou em relação ao todo, isto é, a todos os seus atributos, ou em relação a um só atributo. Em relação a todos, por exemplo, *que é uno, eterno, existente por si mesmo, infinito, causa de todas as coisas, imutável*. Em relação a um [atributo]: que é *onisciente, sábio*, etc. – os quais pertencem ao pensamento –, e *que está em toda parte, que preenche tudo*, etc. – os quais pertencem à extensão. (KV I, 7 [1] nota 1).

Espinosa distingue, aqui, atributos e próprios de forma ontológica: enquanto os atributos são substâncias, os próprios são

modos. Quanto aos próprios, essa afirmação condiz com aquilo que Espinosa afirmara deles nos trechos citados anteriormente, conforme analisado; quanto aos atributos, vale conferir se há tal concordância. Espinosa afirmara que os atributos fazem conhecer o que Deus é em si mesmo; por sua vez, que Deus somente existe por algo substancial. Se se tem em vista a correspondência espinosana entre os âmbitos ontológico e epistemológico, a partir dessas afirmações, poder-se-ia afirmar, com efeito, que os atributos são substâncias. Na medida em que o conhecimento de uma coisa se obtém a partir do conhecimento de sua causa, dizer que Deus é conhecido por seus atributos equivale a afirmar que estes são a causa de Deus; por sua vez, dizer que Deus somente existe por algo substancial, sendo os atributos a causa de Deus, é possível afirmar que os atributos são algo substancial, ou, em outras palavras, que são substâncias, conforme afirma a nota acima. Ora, essa afirmação põe evidentes questões ao espinosismo: é possível afirmar a existência de infinitas substâncias, tantas quantos atributos existem? É possível afirmar que os atributos divinos, sendo atributos de Deus, são a causa deste? É possível afirmar que Deus deve a sua existência mais do que a ele mesmo?

Responder a primeira dessas questões exige observar que, no *Breve tratado*, Espinosa não outorga a Deus a denominação de substância; nessa obra, a denominação de substâncias é reservada aos atributos, os quais, dada sua infinitude, compreendem tudo o que pode existir¹³, ou, em outras palavras, constituem

¹² Considerando este aspecto, no *Breve tratado*, Espinosa critica aos filósofos peripatéticos por definirem Deus a partir de seus próprios. Ao analisar a definição dada por estes, Espinosa observa: “[...] não vemos que nos deem aqui alguns *atributa*, através dos quais a coisa (Deus) seja conhecida quanto ao que ela é, mas somente alguns *propria*, que sem dúvida pertencem a uma coisa, porém não esclarecem jamais o que ela é. Pois, ainda que *existente por si mesmo, ser causa de todas as coisas, bem supremo, eterno e imutável*, etc., sejam próprios somente de Deus, contudo não podemos saber, através dessas propriedades, o que é esse ser ao qual pertencem essas propriedades, nem que atributos tem.” (KV I, 7 [6]).

¹³ No *Breve tratado*, após definir Deus como sendo “um ser do qual é afirmado tudo, a saber, infinitos atributos, cada um dos quais é infinitamente perfeito em seu gênero” (KV I, 2 [1]), Espinosa afirma que, “para expressar claramente a nossa opinião sobre isso, devemos formular previamente os quatro pontos seguintes” (KV I, 2 [2]), e, na sequência, a partir desses quatro pontos, Espinosa passa a demonstrar a existência necessária dos atributos, os quais recebem o tratamento explícito de substâncias infinitamente perfeitas em gênero. Tal explicação também é objeto de uma nota de rodapé (KV I, 2 [2] nota 54) e do apêndice geométrico (KV, Ap.) do *Breve tratado*. De modo geral, com base nessas quatro partes da obra, a explicação em questão segue este percurso: (i) os atributos são infinitamente perfeitos em **[CONTINUA]**

o total da Natureza, a qual é equiparada a Deus¹⁴. A denominação de substâncias dada aos atributos na nota acima, assim, ainda que possa ser objeto de análise, longe de contrariar o espinosismo, é fiel à abordagem favorável ao *Breve tratado*. Não por isso, contudo, as duas últimas questões postas acima deixam de exigir respostas: afirmar que Deus é conhecido em si mesmo pelos seus atributos significa dizer que Deus é causado por estes? Ou, em última instância, significa dizer que Deus é por algo que não ele mesmo?

Estas questões levam a investigar o pertencimento dos atributos a Deus, e, para tanto, é necessário fazer uma primeira observação: esse pertencimento não segue a ordem da causalidade (como no caso dos próprios). Com efeito, que Deus seja conhecido em si mesmo por seus atributos não quer dizer que estes sejam a sua causa, isto é, que Deus seja por seus atributos. Por sua vez, que os atributos sejam atributos de Deus não significa que eles sejam efeitos de Deus, isto é, que sejam coisas existentes em outras, de tal sorte a serem produzidos e concebidos por estas (como no caso dos próprios); daí que os atributos possam ser chamados de substâncias, e, como tais, possam ser ditos infinitos.

[CONTINUAÇÃO DA NOTA 13] seu gênero, ou, em outras palavras, são ilimitados; (ii) não existem dois atributos iguais, uma vez que, se existissem, um limitaria o outro; (iii) um atributo não pode produzir outro, pois, se assim fosse, um também limitaria o outro; (iv) os atributos existem desde sempre e não podem deixar de existir, e, por sua vez, um atributo que agora não existe não pode passar a existir, tendo em vista que, ao tempo em que um atributo não pode ser produzido por outro atributo, tampouco pode provir do nada. Desta maneira, Espinosa demonstra que os atributos compreendem tudo o que existe e pode existir, de tal sorte a constituírem toda a Natureza, a qual coincide com Deus, conforme conclui o referido apêndice geométrico (ver próxima nota).

¹⁴ A equiparação entre a Natureza, os atributos e Deus é exposta com evidência no apêndice geométrico do *Breve tratado*, como se segue: “a Natureza é concebida por si mesma, e não por alguma outra coisa. Ela consiste em atributos infinitos, cada um dos quais é infinito e perfeito em seu gênero; à sua essência pertence a existência, de sorte que fora dela não existe nenhuma essência ou ser, de modo que ela coincide exatamente com a essência de Deus, o único magnífico e benedito.” (KV, Ap. P 4, cor.).

A diferença entre o pertencimento dos próprios e dos atributos a Deus evidencia-se na maneira em que Espinosa divide a totalidade da natureza:

[...] dividiremos agora brevemente toda a Natureza em *Natura naturans* e *Natura naturata*. Por *Natura naturans* entendemos um ser que concebemos clara e distintamente (por si mesmo e sem ter de recorrer a algo diferente dele, como todos os atributos (*Attributa*) que descrevemos até aqui), o qual é Deus [...].

Dividiremos em duas a *Natura naturata*, em uma universal e outra particular. A *universal* consiste em todos os modos que dependem imediatamente de Deus, dos quais trataremos no capítulo seguinte; a *particular* consiste em todas as coisas particulares que são causadas pelos modos universais. De sorte que a *Natura naturata* necessita de algumas substâncias para ser corretamente concebida. (KV I, 8 [1-2]).

Espinosa estabelece duas ordens: *Natura naturans*, que diz respeito ao que Deus é, e *Natura naturata*, que diz respeito ao que depende ou se segue daquilo que Deus é. Conforme a explicação da *Natura naturans*, Deus é um ser que é concebido sem o auxílio de algo que não seja ele mesmo, o qual (no âmbito ontológico) equivale a afirmar que ele também é um ser que não depende mais do que de si mesmo para existir, ou seja, que é causa de si mesmo. Ora, ao se referir à *Natura naturans*, entre parênteses Espinosa equipara Deus a seus atributos. Com efeito, o filósofo afirma que Deus é concebido clara e distintamente, por si mesmo, sem ter de recorrer a algo diferente dele, e logo afirma “como todos os atributos”, o que significa, por um lado, que é através dos atributos que Deus é concebido (como fora afirmado no *Breve tratado*), e, pelo outro, que os atributos compreendem o que Deus é em si mesmo.

Desta maneira, analisar o pertencimento dos atributos a Deus, longe de exigir deter-se naquilo que se segue da natureza divina, exige deter-se nela mesma, ou, em outras palavras, naquilo que Deus é em si mesmo. Para tanto, é preciso penetrar na difícil relação que o espinosismo estabelece entre a substância divina e seus atributos, isto é, entre o uno e o diverso, o qual certamente demanda a também complicada

tarefa de compreender o real estatuto ontológico do atributo, a partir de sua definição, conforme exposta na *Ética*.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESPINOSA, Baruch de. **Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar.** Tradução de Emanuel Angelo de Rocha Fragoso e Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética.** Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SPINOZA, Benedictus de. **Pensamentos Metafísicos; Tratado da Correção do Intelecto; Tratado Político; Correspondência.** Tradução de Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza y el problema de la expresión.** Tradução de Horst Vogel. Barcelona: Muchnik Editores, S.A., 1996

WOLFSON, Harry A. **The Philosophy of Spinoza.** I. Cambridge, 1934

